



DECLARAÇÃO DE RORAIMA

POR UMA AMAZÔNIA LIVRE DE SEPARATISMO E TERRORISMO

A Diretriz Brasileira número 4, ano 0, de julho de 1981, do Conselho Mundial da Igreja Cristã, bem como a Convenção número 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 1989, são documentos que embasam as políticas e ações desenvolvidas por governos europeus, associações religiosas e ONGs estrangeiras, que têm suas mãos no território amazônico. Após mais de 30 anos de atuação desses agentes políticos, os povos indígenas se encontram sem acesso à civilização, sem a possibilidade de ter uma melhor qualidade de vida, e por isso sofrem dificuldades demográficas que a única coisa que lhes garante no futuro é a extinção de seus povos, pois sem novas famílias a cultura se perde.

Aqueles que desenharam a política de extinção dos povos indígenas dos territórios amazônicos, o fizeram de forma dissimulada para que depois desse processo de extinção, esses agentes revolucionários fiquem com a propriedade da Amazônia e assim possam explorar suas riquezas.

Para isso, declararam a Amazônia como Patrimônio da Humanidade, sem que a UNESCO tenha confirmado oficialmente, e, portanto, criaram uma narrativa ao longo desse tempo que consolida na opinião geral que esse é o caso de fato. Com base nesse princípio, eles neutralizam a presença e o acesso da civilização nesses territórios.

Eles chamam esse território de Amazônia Total, que corresponde aos territórios amazônicos da Venezuela, Colômbia, Peru e Brasil. Nesse sentido, determinam que a posse dessa área não pertence a esses países por decisão dos participantes do 1º Simpósio Mundial sobre Divergências Interétnicas na América do Sul.

Consideram um dever justificar qualquer atividade que garanta a defesa, a segurança e a preservação da Amazônia, o que implica substituir o papel de segurança e defesa do Estado, conforme estabelecido na constituição e nas leis dos países.

Consideram que qualquer atividade produtiva da civilização e qualquer atividade que gere bem-estar social e qualidade de vida para os povos indígenas é uma agressão à Amazônia.

Esses agentes usurpam o papel do Estado ao definir, marcar, medir, unir, expandir e consolidar os territórios indígenas, chamando-os de Nações e, assim, constituindo novos países, dando-lhes uma forma jurídica definida, na qual garantem a propriedade do solo, do subsolo e de tudo o que existe nesses territórios, proibindo qualquer forma de atividade externa. Além disso, eles se propõem a fazer mapas nos quais as áreas que reivindicam sejam maximizadas, ou seja, colocar áreas até 4 vezes maiores do que as originalmente ocupadas pelos povos indígenas, de modo que a riqueza mineral não seja explorada por ninguém além deles no futuro.

Mas quem serão esses agentes no futuro? Todos aqueles que preservam a Amazônia com base nessas diretrizes. Na narrativa deles, as grandes nações europeias precisam usufruir da Amazônia porque não têm muito território natural, então têm o compromisso de cuidar de algo que não têm. Nesse sentido, ao determinarem o que são as nações amazônicas, elas também se concebem como nações.

Para legalizar tudo o que querem fazer, eles propõem mudanças nas constituições dos países que possuem territórios amazônicos para dar apoio legal a toda essa narrativa.

Essa narrativa também busca alienar os habitantes dos povos indígenas, cultivando neles o conceito de violência como um método de ação política e social. Para isso, é preciso primeiro desconstruir sua identidade, construindo o estereótipo indígena de que são apáticos, desnutridos e preguiçosos, colocando-os, assim, em uma posição de indefesa contra o "homem branco" como inimigo permanente, o que, ao mesmo tempo, promove o racismo entre os habitantes desses territórios numa relação de tipo marxista vítima-opressor. Com base nisso, o conceito de etnia é construído, despertando neles o instinto natural de segregação, entrando em conflito existencial com os demais habitantes.

A maneira pela qual eles implantam essa agenda nesses territórios é por meio da penetração encoberta em todos os espaços de ação social e política com o objetivo de espionagem, propaganda e sabotagem.

A implementação dessas diretrizes tem sido realizada ao longo dos anos por meio da agência de atores internacionais do terceiro setor, com a cumplicidade de autoridades nacionais e governos estrangeiros. Elas criam uma aparência de novos direitos que privilegiam um setor da população em detrimento dos demais, promovendo a desigualdade social e a discriminação entre cidadãos de um mesmo território.

Esses mecanismos de exclusão social que isolam os povos indígenas do restante da sociedade não ajudam essas comunidades a viver livremente, com qualidade de vida e em paz com outros seres humanos. Essa situação cria um ambiente hostil permanente, induzindo as comunidades indígenas a ações violentas que não correspondem às suas formas de convivência, alienando-as de sua cultura herdada por gerações para serem úteis a interesses estranhos à Amazônia.

Com relação a isso, podemos ver a realidade da seguinte forma:

1. Essa mentalidade revolucionária cria instituições paraestatais que violam os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos indígenas que fazem parte de um país como cidadãos.
2. Grupos armados foram formados e preparados para desempenhar funções de segurança e defesa com capacidade ofensiva.
3. Houve casos de ataques terroristas contra a propriedade privada e contra a vida de animais por vingança e como forma de propaganda política.
4. Os mecanismos de transformação social e crescimento da sociedade são proibidos aos povos indígenas por uma decisão que nasce de uma soberania que reside em agentes estrangeiros alheios à realidade nacional. É por isso que os povos indígenas são isolados da tecnologia e da inovação.
5. Os povos indígenas têm os piores indicadores socioeconômicos e trabalhistas.

Por todas essas razões, consideramos que está em andamento uma agenda separatista que quer desmembrar os territórios da República Federativa do Brasil,

da República da Venezuela, da República da Colômbia e da República do Peru com a criação das Nações Amazônicas.

Trata-se de um processo de normalização do roubo e da invasão da Amazônia por meio de mecanismos jurídicos e políticos sob a fachada da defesa dos direitos dos povos indígenas e da proteção do território amazônico.

Nesse sentido, propomos uma agenda de ação política que torne mais rico e diversificado o debate sobre a realidade da Amazônia. Queremos que parem de usar os povos indígenas como marionetes de objetivos internacionais. Os povos indígenas não são objetos ou moedas de troca. Os povos indígenas não são preguiçosos ou apáticos, são pais e mães de família que têm sonhos e desejos como qualquer outro ser humano com dignidade. Os povos indígenas trazem consigo uma cultura que faz parte do gênero humano e o enriquece, portanto não podem ser isolados do restante da sociedade. Esse é o início de um novo diálogo civilizatório, no qual os povos indígenas se libertam da opressão das agendas políticas que os oprimem no século XXI.

Gostaríamos de iniciar esse novo diálogo dentro da estrutura dos seguintes pontos:

1. A atividade legal do garimpo.
2. O fim do isolamento de Roraima do sistema elétrico nacional.
3. O fim do projeto separatista internacional no território da Amazônia.
4. A implementação do Estatuto da Amazônia para avançar na democratização do Conselho Amazônico e na reforma democratizante do Fundo Amazônia.
5. Levar à justiça todos os responsáveis pelo separatismo e terrorismo no território amazônico.
6. Reforma do IBAMA: que ele tenha um papel de fiscalização e não de perseguidor.
7. Regularização territorial da Amazônia.

Queremos convocar todos os movimentos sociais de base, organizações de povos indígenas vítimas do separatismo e da violência política desses setores alheios à nossa existência, convocamos os partidos políticos e os cidadãos dos países que

fazem parte da Amazônia a se unirem em defesa de nossas terras e de nossas famílias.